

Os deuses no processo das redes mediterrânicas: ritos e práticas cultuais helênicos para a boa navegação no Mediterrâneo

The gods in the process of Mediterranean networks: Hellenic rites and cult practices for safe navigation in the Mediterranean

Camila Alves Jourdan*

Resumo: Como um espaço de conexão vital, os helenos empenharam-se na prática naval, no Mediterrâneo, como um componente fundamental para a preservação do sistema políade. No entanto, o mar, conforme representado pelos gregos em documentos textuais, permaneceu caracterizado pela ambivalência, sendo descrito tanto como fértil – fonte de peixes – quanto como infértil – o mar salgado não podia sustentar a vida como a terra cultivada. Com o intuito de investigar a importância dos deuses e suas atuações na segurança da navegação, iremos nos concentrar nos debates sobre a compreensão do Mediterrâneo como um elemento-chave nas análises dedicadas aos estudos de trocas e contatos. Nesse contexto, examinaremos a condição social dos navegadores e a realização dos rituais e práticas cultuais em sua devoção aos deuses, visando a garantir uma travessia segura pelo Mediterrâneo.

Abstract: As a vital connection space, the Greeks engaged in naval practice in the Mediterranean, as a fundamental component for the preservation of the polis system. However, the sea, as represented by the Greeks in textual documents, remained characterized by ambivalence, being described both as fertile – a source of fish – and as infertile – the salty sea could not sustain life like cultivated land. In order to investigate the importance of the gods and their actions in ensuring navigation safety, we will focus on debates about understanding the Mediterranean as a key element in analyses dedicated to studies of exchanges and contacts. In this context, we will examine the social condition of sailors and the performance of rituals and cult practices in their devotion to the gods, aiming to ensure a safe passage through the Mediterranean.

Palavras-chave:

Mediterrâneo;
navegação;
ritual;
deuses.

Keywords:

Mediterranean;
navigation;
ritual;
gods.

Recebido em: 22/04/2024

Aprovado em: 13/06/2024

* Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - Pós-doutorado nota 10. Mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

// Qual é o papel do Mediterrâneo na história dos helenos”? Seria mais apropriado questionar: “Quais são os diálogos entre o Mediterrâneo e as ações dos helenos”?

A formulação dessa pergunta é essencial porque nosso objetivo é destacar o Mediterrâneo como um participante ativo, tão significativo quanto os gregos, nos processos ocorridos dentro e ao redor dele, entre os séculos VIII e IV a.C. A chave para essa questão são os contatos, pois, assim como os helenos projetam suas concepções sobre o mar, ao criarem representações dele, também são afetados pelas mudanças constantes que ocorrem enquanto navegam. O Mar Mediterrâneo desempenhava um papel fundamental no cotidiano dos gregos, e o processo de domínio desse mar começa com a atribuição de nomes, identificação e atribuição de significados, reflete-se na navegação, no reconhecimento prático por meio do mapeamento e, por fim, na construção de um complexo imaginário social.

Os acadêmicos dedicados ao estudo da Antiguidade, há décadas, têm reconhecido a importância do Mediterrâneo para todas as sociedades que habitavam em suas margens. No entanto, as pesquisas sobre as rotas marítimas, o comércio e as trocas culturais têm gerado um debate relativamente recente.

A criação de redes no Mediterrâneo: a navegação que conecta

Em meados do século XX, Fernand Braudel dedicou suas obras monumentais, como *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* e *Les Mémoires de la Méditerranée: Préhistoire et Antiquité*, a discutir o papel do Mediterrâneo e das atividades desenvolvidas em suas águas. Segundo Juliana Hora (2012, p. 6), para Braudel, a definição do Mediterrâneo é fluida e dependente do contexto histórico, o que reflete sua complexidade temporal e relacional. Braudel aponta para uma integração mediterrânea baseada na formação de redes, nas quais as interações entre os povos, ao longo do tempo e do espaço, representavam uma complexa articulação de vantagens e desvantagens.

Entre a década de 1960, quando Braudel iniciou essa discussão, e a primeira grande obra que marcou o início dos debates sobre o “mediterraneanismo”, houve um intervalo de 40 anos sem uma profunda dedicação a essa questão. Na tentativa de definir o conceito de Mediterrâneo, Peregrine Horden e Nicholas Purcell publicaram *The Corrupting Sea* (2000), adotando uma perspectiva de ecologia histórica ao longo de um extenso período. O objetivo do livro era compreender como o Mar Mediterrâneo afetou as relações entre os povos em suas margens. Apesar de inspirados nas obras de Braudel, as críticas dirigidas à tentativa de compreender o Mediterrâneo no modelo braudeliano são contundentes. A crítica principal refere-se à unidade mediterrânea defendida pelo historiador francês,

principalmente em sua concepção de longa duração. O Mediterrâneo de Braudel é mais histórico do que ecológico, o que está mais próximo da proposta de Horden e Purcell. Embora Braudel não tenha definido o que chamou de “Mediterrâneo maior”, as fronteiras do que ele considerava Mediterrâneo eram delineadas por limites físicos, como o Saara, a Europa e o Atlântico (Harris, 2005, p. 94). Opondo-se a uma unidade circunscrita, Horden e Purcell defendem uma fragmentação mediterrânea que pauta-se em uma conectividade entre estas “microrregiões”.

Na presente concepção, o Mar Mediterrâneo encontra-se circundado por diversas microrregiões, por meio das quais ocorrem interações em uma dinâmica de trocas significativa. Vale ressaltar que os estudos sobre o Mediterrâneo não têm como foco primário o mar em si, mas sim o território que, de alguma forma, é influenciado por ele. O mar, que serve tanto como barreira quanto como elo, representa essa dualidade que une a diversidade (Horden; Purcell, 2000, p. 101). Essas “microrregiões” referem-se às diversas localidades ao redor do Mediterrâneo, cada uma caracterizada por microclimas e regimes climáticos próprios. Essas especificidades têm um impacto direto na produção agrícola, contribuindo para crises ou aumentos na produção. Portanto, nenhuma região agrícola pode ser totalmente autossuficiente. É justamente essa interdependência que torna as trocas tão essenciais, sendo os contatos entre as comunidades um fator crucial para sua manutenção. Todas essas comunidades dependem umas das outras em diferentes graus. Desse modo, a sobrevivência delas está intrinsecamente ligada à conectividade facilitada pelo mar, que oferece inúmeras interfaces, tanto em grandes quanto em pequenas escalas. Os autores argumentam que todas as comunidades do Mediterrâneo existem dentro de uma rede no interior de uma grande teia de relações (Horden; Purcell, 2000, p. 160-172).

No âmbito do intenso debate sobre o Mediterrâneo e suas definições, no início do atual século, um conceito proposto pelo arqueólogo britânico Ian Morris resalta a necessidade premente de explorar a noção de “mediterraneanização”. No capítulo intitulado “Mediterraneanization”, Morris destaca a conectividade como elemento crucial desse processo, sugerindo que, por meio da análise da paisagem e de estudos de caso, é possível compreender os diferentes graus de interconexão entre as cidades, assim como as variações ocorridas, em determinados momentos, nessas relações (Morris, 2003, p. 50-51). Ao cunhar esse conceito, sua ideia central é refletir sobre a historicidade que impulsionou a conexão e a integração dos povos, organizados de diversas maneiras, que habitavam ao redor do Mar Mediterrâneo, sofrendo influência, em maior ou menor medida, das comunidades localizadas nas proximidades ou um pouco mais distantes do próprio mar.

Nessa intensificação do debate sobre o Mediterrâneo, as primeiras críticas a *The Corrupting Sea* começam a revelar novas abordagens para pensar essa região. Uma das principais críticas, compartilhada por muitos autores, é a ausência de uma abordagem histórica na obra. Para os historiadores, o cerne da questão reside em identificar quando as conexões no Mediterrâneo se tornaram reais e duradouras, e como essas relações se desenvolveram ao longo do tempo. Um dos críticos mais proeminentes do trabalho de Horden e Purcell é Harris, que, em 2005, organizou uma obra como uma “resposta” a *The Corrupting Sea*. No entanto, Harris reconhece o mérito da obra abrangente de Horden e Purcell, como um ponto de partida para os debates, assim como algumas de suas argumentações. Na introdução de *Rethinking the Mediterranean*, Morris apresenta uma série de críticas e sugere novas abordagens para compreender a discussão e a pesquisa sobre o Mediterrâneo e o “mediterrânico” (Harris, 2005, p. 80-81).

A “Introdução”, redigida por Harris, além de apresentar críticas a *The Corrupting Sea*, suscita algumas questões que contribuem para as reflexões sobre o Mediterrâneo. Em primeiro lugar, nos instiga a refletir sobre a distinção entre a história no Mediterrâneo e a história do Mediterrâneo, bem como sobre suas possibilidades intrínsecas. Harris também aborda questões relacionadas à interação entre o ambiente e a ação humana, considerando a complexidade de delinear os limites de influência de cada um. Conforme reconhecido por Harris, a “fronteira entre a intervenção humana (aceitável, de acordo com *The Corrupting Sea*, como parte da história) e a história no (inaceitável) é quase impossível de ser mantida” (Harris, 2005, p. 81).

Uma leitura relevante neste debate historiográfico é a obra *Small Greek World*, de Irad Malkin (2011). Em seu estudo, Malkin destaca que os helenos não se limitavam apenas a interações comerciais e diplomáticas, mas estendiam suas conexões por meio de uma ampla gama de atividades culturais, políticas e religiosas. Essas redes de conectividade transcendiam as fronteiras geográficas e étnicas, unindo comunidades dispersas por toda a bacia do Mediterrâneo. O autor argumenta que essas redes desempenharam um papel crucial na formação e na coesão da identidade grega. Por meio de interações regulares e intensas, os helenos compartilhavam conhecimentos, práticas culturais e valores, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva compartilhada. Assim, as redes não eram estáticas, mas possuíam uma natureza dinâmica e fluida, tornando-se adaptáveis e em constante desenvolvimento, segundo as necessidades e mudanças das sociedades no Mediterrâneo ou do próprio mar.

O Mediterrâneo, em grande evidência nas discussões historiográficas contemporâneas, possui um conjunto vocabular pelo qual os gregos, na Antiguidade, poderiam lhes fazer referência. Desde Homero até Pausânias, termos como πέλαγος, ἄλς/

ἄλμη, Πόντιος/πόντιος, Πόντος/πόντος e θάλασσα/θάλαττα são amplamente utilizados como referências ao mar. Embora seus significados e sentidos se aproximem e, por vezes, se associem, eles remetem a características que permeiam o imaginário grego. Em suma, Chantraine (2009, p. 404) sugere que πέλαγος seja compreendido como “vasta extensão”, ἄλς/ἄλμη como “elemento salgado” (e, por isso, ambos os termos são associados, significando “vasta extensão do elemento salgado”), πόντιος/πόντος como “do mar/rota” e θάλασσα/θάλαττα como “o mar”. No entanto, uma análise cuidadosa dos vocabulários e usos empregados por autores dos períodos Arcaico e Clássico revela que diferentes escritores utilizavam diferentes palavras para se referirem ao litoral, por exemplo, ou mesmo para mencionar a água salgada do mar, podendo ou não recorrer a ἄλς/ἄλμη, optando apenas por θάλασσα/θάλαττα. Portanto, esse vocabulário relacionado ao mar, que é multifacetado e variável em gênero, nos permite compreender as múltiplas representações que os gregos forjaram sobre a superfície aquosa, resultando em um amplo conjunto de ideias que o caracterizavam.

É nesse imaginário do mundo marinho e marítimo que homens e deuses se comunicam e onde diferentes “mundos” se encontram. O mar se torna um caminho de comunicação, uma rede que conecta. Para os helenos, o mar é não apenas um espaço onde a prática da navegação é realizada, mas, também, um caminho de diálogo entre diferentes sociedades e realidades distintas. O mar, independentemente do termo utilizado pelos helenos, assume um papel crucial, sendo considerado um caminho que promove conexões. O Mediterrâneo, além de ser o cenário onde, ao longo dos séculos, se desenrolam as atividades de gregos, fenícios, romanos, egípcios e outros povos, sociedades e grupos étnicos, é ele próprio um catalisador de relações e intercâmbios.

O mar desempenhou um papel crucial na vida dos helenos, tanto de forma direta quanto indireta. Ele permeava toda a paisagem grega, sendo raramente ignorado, seja pelos habitantes das regiões montanhosas ou pelas comunidades costeiras e insulares. Como observado por Beaulieu (2016, p. 1), “o mar é mais do que uma realidade geográfica, é um modo de vida”. Essa importância se refletia nas representações que os gregos construíam, frequentemente destacando suas relações com esse espaço geográfico, atribuindo-lhe diversos sentidos e significados.

Para os gregos, o ambiente marinho não era apenas um meio de transporte e subsistência, mas, também, um palco para a guerra, trocas comerciais, políticas e disseminação de notícias – tornando-se parte integrante de sua vida cotidiana. Além disso, o mar ocupava um lugar central no imaginário e na religiosidade dos helenos em toda a bacia do Mediterrâneo. Estendendo-se para além das fronteiras físicas do Mar Mediterrâneo, conectando-se ao Mar Negro, ao delta do Nilo, ao Mar Vermelho e

ultrapassando o Estreito de Gibraltar, o mar era fundamental para os gregos, fornecendo meios de troca e comunicação com diferentes povos e produtos, além de sustento.

Esse conjunto de representações sociais é moldado pelo diálogo vivenciado pelos gregos: o mar, que incorpora aspectos da prática cotidiana, navegação e alimentação, junto com elementos imaginários, habitado por deuses e monstros, servindo como um caminho para os mundos divino e dos mortos (Beaulieu, 2016, p. 21). Assim, o mar atua como um ponto de conexão entre o mundo visível e o mundo invisível.

Refletir sobre um Mediterrâneo integrado, que se molda e se remodela nas interações entre os povos que o circundam, é uma tentativa de compreender esse mar da maneira como os helenos o viam: como uma entidade indivisível, repleta de conexões. As representações criadas pelos poetas, tragediógrafos, comediógrafos, historiadores e filósofos, ao tentarem compreender e definir esse mar, ressaltam ainda mais a diversidade de perspectivas com que o concebiam.

O Mediterrâneo representava um desafio para os helenos, pois os perigos eram recorrentes e iminentes. As competências daqueles que realizavam a navegação, e especialmente aqueles que faziam dela um modo de vida, eram fundamentais e insubstituíveis para viabilizar os contatos e as trocas nas complexas redes mediterrâneas.

A desconfiança social por aqueles que vivem da navegação

As dificuldades enfrentadas de forma repetida pelos gregos, que demandavam uma resposta rápida para superá-las e perseverar a existência sobre a superfície líquida, requeriam conhecimentos ligados à comunidade dos marinheiros. Em razão da interação em um ambiente desafiador, que implicava em certo afastamento do corpo político ao qual pertenciam, enquanto se aproximavam de outros povos, aqueles que exerciam sua profissão no meio aquático eram observados com suspeita. Assim, ao enumerarmos os atributos associados aos navegadores através de registros textuais, é possível evidenciar uma considerável estagnação nas concepções apresentadas, frequentemente considerando esse grupo como socialmente inferior.

Nos trechos da poesia de Sólon, constatamos apenas em uma passagem a menção aos navegadores, na qual é empregado um caráter pejorativo. Nessa perspectiva, os homens do mar são caracterizados como gananciosos e, por conseguinte, seriam negligentes até mesmo com suas próprias vidas quando em ambiente marítimo. Devido à busca por lucros excessivos, são considerados imprudentes e, portanto, malvistas dentro do corpo social da cidade-estado. Este fragmento de Sólon (I, 44-45) ilustra o juízo negativo atribuído aos grupos que exercem funções no espaço aquático: “um, desejoso

de levar à sua casa a ganância, percorre com as naus o mar cheio de peixes, empurrado por ventos e tempestades e não se importa com sua vida”.

Da mesma forma, nos versos de Teógnis, encontramos uma menção aos navegadores. Dentro da embarcação, o poeta retrata os marinheiros de forma desfavorável, assim como fez Sólon, uma vez que, sob um olhar desconfiado, são considerados saqueadores de bens que, a qualquer momento, podem revoltar-se contra o comandante ou algum outro membro da tripulação. Num sentido que prejudica a reputação dos navegadores, os versos “Mas eles agem: retiraram o comando do habilidoso piloto que, com sua perícia, vigiava o navio e se entregaram ao saque” (Teógnis, I, 675-676) destacam a contraposição entre o saque perpetrado pelo grupo naval e o reconhecimento conferido ao piloto da embarcação, que é habilidoso e permanece constantemente vigilante, para garantir a segurança do navio e de seus ocupantes.

Algumas passagens de poetas do Período Arcaico grego, todavia, podem elucidar outras formas de apreensão deste grupo social. Nos escritos de Arquíloco, por exemplo, os navegadores são mencionados apenas uma vez, em uma passagem na qual se reconhece que, para a condução adequada de uma embarcação, são necessárias habilidades específicas. Desse modo, vejamos o que escreve Arquíloco (163):

[...] as rápidas naus avançam no mar... carreguemos o... grande número de velas... afrouxando as cordas da nau; reflete um vento favorável e poupa nossos companheiros, para que possamos lembrar de você... afasta o medo e não conte a ninguém... uma terrível onda sobe girando... Tome cuidado... valor.

No trecho em questão, além do perigo iminente da onda, que se avoluma e se aproxima, toda a passagem retrata as atividades desempenhadas a bordo de uma embarcação, desde o carregamento de produtos e outros bens, até a ameaça marinha, que requer ações sobre as velas e as cordas, seja para aproveitar o vento a seu favor ou para contornar a tempestade que ameaça o navio. Mesmo diante de um cenário ameaçador, destaca-se a necessidade de afastar o medo. Dessa forma, há uma identificação das práticas de conhecimento associadas a esse grupo. Portanto, entre os poetas do Período Arcaico existe uma caracterização ambivalente, na qual residem pontos positivos e negativos atribuídos aos nautas.

A atividade da navegação teria sido, dessa maneira, relegada a uma “categoria social inferior”, conforme indicado pelos discursos presentes na tradição textual. Segundo Hesíodo (*Opera et Dies*, 618, 643-647), a navegação era considerada extremamente arriscada, apesar de oferecer oportunidades de riqueza. Apenas aqueles que, por algum motivo, não podiam trabalhar em suas próprias terras, deveriam recorrer à navegação e

ao comércio. Em contraste com os discursos predominantes entre a elite social da cidade-estado – que privilegiava a agricultura e menosprezava outras atividades, assim como aqueles que nelas se engajavam –, acreditamos que isso não refletia de forma precisa o cotidiano desse grupo, uma vez que desempenhavam um papel crucial na sustentação da cidade, embora os cidadãos diretamente envolvidos na prática da navegação pertencessem às camadas econômicas mais modestas. Conforme argumenta Ana Livia Bomfim Vieira (2011, p. 66):

[...] a ambivalência ligada ao mar como lugar do desconhecido, como meio contrário ao *habitat* natural do homem, a terra, é reforçada, assim, pela sua proximidade e relevância para a cidade. O mar é uma presença constante e, por isso, constantemente temida. E, aqueles que circulam e transitam usando o mar como caminho ou como lugar de trabalho recebem o peso do olhar de desconfiança da comunidade.

A construção de um imaginário sobre aqueles que se envolviam no mar reflete a própria relação dos gregos com o mar, visto que estes não eram naturalmente navegadores, mas aprenderam a sê-los. Contudo, embora essencial para a sustentação das pólis, a prática naval e uma vida dedicada ao mar não eram valorizadas com glórias e honras. A ideia presente na *Constituição dos atenienses* (I, 9) revela uma semelhança entre as posições do ateniense e do escravo que participam da prática naval, tornando os conhecimentos náuticos um processo de aprendizado ao qual ambos se submetem. Assim, como afirma Pseudo-Xenofante:

Devido às possessões em terras estrangeiras e às funções públicas exercidas no exterior, os atenienses e seus escravos aprendem, sem perceber, a manejar o remo. Afinal, um homem que navega com frequência acaba por aprender a usar o remo, assim como seu escravo, além de se familiarizar com os termos náuticos.

Em outras palavras, o homem que está no mar se assemelha a um escravo ao remar e compartilhar com ele o mesmo conhecimento: o náutico. Com a representação do mar como um elemento caracterizado pela flexibilidade e imprevisibilidade, ora calmo e amigável, ora agitado e tenebroso, carregava consigo uma conotação negativa que poderia envolver os membros das pólis. Essa ambivalência do mar poderia levar à corrupção desses cidadãos, tornando-os, assim, como os homens do mar, astutos (Vieira, 2011, p. 65). Tanto no Período Arcaico quanto no Clássico, os discursos presentes na documentação textual tendiam a reforçar a conotação negativa dos gregos em relação àqueles que se envolviam no mar.

Apesar de surgir tardiamente no Período Clássico a ideia de um oficialato naval, os remadores, por exemplo, não eram considerados especialistas com conhecimentos

próprios. As habilidades e técnicas eram reconhecidas no construtor naval, que utilizava instrumentos específicos em seu ofício; no piloto, que detinha conhecimentos para lidar com os perigos do mar; e no capitão da embarcação, dotado de um saber técnico que o equiparava a um médico. No entanto, mesmo com o reconhecimento de algumas posições no ambiente marítimo, isso não impediu que críticas diversas fossem dirigidas pelos tragediógrafos, comediógrafos e filósofos, acusando esses navegadores de intemperantes, de buscadores de prazeres em todos os portos que atracavam, e de pessoas grosseiras e mesquinhas com alguma instrução (Corvisier, 2008, p. 307-309).

Apesar do discurso que lança uma visão negativa sobre os navegadores, estes compartilham com os deuses o ambiente e os conhecimentos, como enfatiza Homero, na *Odisseia* (IV, 480): “O dom das rotas, só então os deuses dão”. No ambiente marinho, divindades e homens se aproximam; é onde os homens imploram aos deuses, e estes, por sua vez, ajudam ou dificultam as atividades no mar. É crucial ressaltar que os navegadores não se percebiam de modo depreciativo ou inferior na sociedade. Eles precisavam estar preparados para enfrentar esse ambiente hostil e repleto de perigos, pois o Mediterrâneo é constantemente um universo sujeito a caprichos, no qual as mudanças climáticas podem ser abruptas e violentas. Contudo, cabe aos navegadores, quando familiarizados e possuidores do conhecimento necessário, reconhecer os alertas e os indícios das mudanças e tomar medidas que assegurem a segurança da tripulação e da embarcação (Arnaud, 2005, p. 124). Portanto, o timoneiro deve antecipar essas mudanças e variações dos ventos, utilizando sua astúcia contra a ação da natureza, buscando a melhor oportunidade para escapar e reverter a relação de forças entre os homens e o ambiente hostil (Detienne; Vernant, 2008, p. 203).

No Período Arcaico, o medo experimentado pelos proprietários de terras era equiparado à desconfiança demonstrada em relação aos navegadores na sociedade. Homero, em suas obras, contrapõe o misterioso mundo marinho ao ambiente terrestre fértil e abundante em rebanhos; Hesíodo considera a dedicação à navegação apenas como último recurso diante da obtenção de lucros a partir do excedente produzido pelos que têm boa sorte em terra. O poeta e legislador Sólon compara as pessoas instáveis e ingovernáveis ao mar agitado e infrutífero. Nesse contexto, no qual o mar, o comércio e os contatos por ele estabelecidos são desacreditados, também se desqualifica os navegadores. “Navegar é necessário para obter os bens que estão faltando aos gregos, para negociar os meios de enriquecer a si mesmo, mas ir ao mar não é uma atividade nobre” (Corvisier, 2008, p. 306).

Desta maneira, ao longo dos Períodos Arcaico e Clássico, a relação entre os gregos e o mar, bem como com aqueles que navegavam, foi paulatinamente sendo construída. Concordamos com Vieira (2011, p. 65) ao afirmar que:

Os gregos construíram, durante toda a Antiguidade, uma intensa relação com o mar, e construir é um termo chave nesta sentença. Os helenos não eram navegadores e pescadores desde sempre. A diferença nítida entre um navio de guerra, feito para o combate, e um navio mercante, precisou de tempo para se concretizar. Eles se fizeram homens do mar. Mas, essa passagem, para que pudesse conhecer o auge – que foi o que aconteceu, haja vista a marinha ateniense e seu papel na história desta pólis – não foi fácil, pois obrigou esses homens, agricultores e pastores que eram, a enfrentar o desconhecido e o medo advindo da exploração de um território tão inóspito e estrangeiro quanto fascinante e belo. O elemento líquido, símbolo da vida marinha, significa também a morte àquele que lhe é estranho.

No debate sobre a posição dos navegadores na sociedade helena, destaca-se a necessidade de reconhecer não apenas os conhecimentos técnicos e habilidades marítimas dos nautas, mas, também, a importância do culto e do emprego de ritos aos deuses para garantir uma prática naval bem-sucedida. Embora os navegadores enfrentassem um ambiente marinho imprevisível e perigoso, sua relação com os deuses era crucial. Acreditava-se que os deuses tinham o poder de intervir nas atividades marítimas, podendo ajudar ou dificultar a navegação. Portanto, além de dominar as técnicas de navegação, os navegadores também buscavam o favor divino por meio de rituais e cultos, reconhecendo a influência dos deuses no sucesso de suas empreitadas marítimas.

A intervenção dos deuses: para além do saber naval

Obter auxílio de um vasto panteão divino, por meio de diversas estratégias, demandava o desenvolvimento de operações e táticas eficazes para selecionar as divindades mais adequadas às necessidades dos navegadores, um grupo socialmente vulnerável. Na escolha da divindade a ser invocada, diversas variáveis precisavam ser consideradas, especialmente no que diz respeito à benevolência divina desejada. Os marinheiros, tanto os que navegavam ocasionalmente quanto os permanentes, deparavam-se com múltiplas circunstâncias que os levavam a buscar o auxílio de uma divindade específica. Assim, os deuses assistiam àqueles que, de alguma forma, estavam sob sua proteção ao se aventurarem no mar, mesmo que não fossem propriamente deuses marinhos – aqueles que faziam do ambiente aquático sua morada. Além das influências de Poseidon e Nereu, por exemplo, outras divindades podiam usar suas forças para intervir diretamente com os

navegadores, seja para evitar situações adversas ou para favorecer a navegação, embora seu domínio sobre o mar fosse limitado (Recio, 2010, p. 235).

Para se resguardarem da má sorte, os marinheiros dirigiam preces, promessas e juramentos diretamente aos deuses. Entretanto, durante a travessia, tais ações, por vezes, não eram suficientes para mitigar os desafios enfrentados. Assim, com o intuito de atrair os favores dos deuses marinhos, muitas vezes realizavam sacrifícios a bordo enquanto navegavam. Esses rituais envolviam derramamento de sangue: um animal era aspergido e depois sacrificado, tendo seu sangue e sua carne lançados nas ondas. É válido destacar que, frequentemente, os animais destinados ao sacrifício não eram exclusivamente reservados para esse fim, sendo necessário que aqueles inicialmente selecionados para a alimentação da tripulação fossem utilizados. Dessa forma, os navegadores podiam contar com animais disponíveis no próprio mar para os rituais de sacrifício. “O atum, em particular, que permitia o sacrifício sangrento, assim como outros peixes, também eram frequentemente oferecidos. Teócrito menciona que os leucos, um tipo de peixe branco, eram considerados dignos dos deuses”. Além disso, em caso de necessidade, podiam desembarcar e realizar os sacrifícios em terra firme para garantir sua proteção (Corvisier, 2008, p. 346-347).

Entre as divindades benevolentes aos homens, destacam-se os irmãos divinos, filhos de Zeus, que agem em favor dos navegadores. No hino homérico dedicado aos Dióscuros (XXXIII, 6-17), vemos que:

De dentro das naus/ invocam suplicantes os filhos do grande Zeus/ com brancos carneiros, dirigindo-se para a extremidade/ da popa. Forte vendaval e espuma do mar/ provocam a submersão do navio; surgem eles de súbito/ e com asas farfalhantes se lançam através do éter./ Em breve acalmam as tempestades dos terríveis ventos,/ e aplainam a espuma das brancas ondas do alto-mar,/ bom augúrio para os marinheiros, sem esforço para eles.

Dessa maneira, assim como outras divindades que não faziam parte do panteão olímpico, várias outras deidades auxiliavam os navegadores, como Nereu e as Nereidas, ou Proteu, apenas para citar algumas. Frente aos perigos constantes, os navegadores solicitavam aos deuses sua benevolência por meio de oferendas específicas. Essa estratégia de buscar o favor divino começava antes mesmo da partida da embarcação, conforme Apolônio de Rodes (*Argonautica*, I, 406-424) descreve em seus versos:

Nesse ínterim, os vaqueiros do Esônia haviam retirado/ dois bois do rebanho e os traziam. Os companheiros/ mais jovens os arrastaram para perto do altar, enquanto os outros/ forneceram a água lustral e os grãos de cevada. Então Jasão/ fez uma prece invocando Apolo Paternal:/ “Ouve, soberano habitante de Págasas e da cidade de esão,/ cujo nome vem de nosso genitor, tu que me prometeste,/

quando consultei o oráculo em Pito, sinalizar o cumprimento e/ os limites do caminho, pois és o próprio responsável por estes trabalhos./ Conduz a nau, com os companheiros são e salvos,/ até a Cólquida e de volta à Hélade. Depois, em tua honra,/ depositaremos em teu altar esplêndidos sacrifícios/ de tantos touros quanto retornarmos, e também/ a Pito e a Ortígia levarei inumeráveis presentes./ Agora vem, Apolo Flecheiro, e recebe o sacrifício/ que te oferecemos como primeiro sinal de gratidão/ ao embarcarmos na nau. Que eu solte as amarras, soberano,/ segundo o teu plano, com um destino sem pesares. E que o vento/ sopra doce, com o qual viajaremos tranquilos pelo mar.

A narrativa descreve o momento em que Jasão e seus companheiros se preparam para iniciar sua jornada em busca do Velocino de Ouro. Antes da partida, os vaqueiros do Esônia trazem dois bois para serem sacrificados no altar, enquanto Jasão faz uma prece a Apolo Paternal, solicitando sua orientação e proteção durante a viagem. Essa invocação divina é permeada por promessas de sacrifícios futuros em gratidão pelo auxílio divino esperado. A importância da intervenção divina na navegação é enfatizada pela figura de Apolo, que, neste contexto, é evocado como o guia e protetor dos marinheiros durante a jornada. Jasão expressa sua confiança na promessa divina de sinalizar o caminho e garantir a segurança da tripulação, evidenciando a crença na influência direta dos deuses sobre os eventos marítimos. Além disso, a prática dos sacrifícios desempenha um papel central na relação entre os navegadores e os deuses. Os rituais de oferta de água lustral, grãos de cevada e sacrifício de animais são realizados com meticulosa devoção, demonstrando a importância da reverência religiosa na preparação para a viagem.

Desse modo, aliadas às preces e empregando diversos mecanismos, os navegadores buscavam assegurar uma viagem naval segura, sobretudo mediante oferendas aos deuses. No que diz respeito às oferendas, aquelas de caráter mais pessoal dos navegadores aos deuses incluem seus cabelos, frequentemente raspados após a sobrevivência em um naufrágio, conforme testemunham algumas estelas votivas, e suas próprias vestimentas. No entanto, outras ofertas podem ser feitas, mais relacionadas à função desempenhada por esses homens do mar, como as embarcações, os equipamentos de pesca – como redes e anzóis –; objetos marinhos – como corais e peixes, associados à religiosidade dos navegadores –; ou, desvinculadas do ambiente naval, a construção de santuários, dedicados a uma ou mais divindades; altares; estátuas de diferentes materiais; recipientes, como vasos; estelas com dedicatórias; além de sacrifícios, alimentos e libações. Estes tipos, é válido ressaltar, apresentam maiores dificuldades de interpretação quanto à sua associação com navegadores ou com o mar e a prática naval, pois são oferendas comuns entre os fiéis. Assim, muitas vezes, depende-se de uma inscrição no objeto votivo ou de uma fonte literária que faça referência específica ao objeto para corroborar sua ligação com as expressões de piedade daqueles que eram nautas (Recio, 2012, p. 109).

Na tragédia *Filoctetes*, em seus versos finais, podemos constatar que a prática comum entre os navegadores era sempre implorar pela piedade divina: “Partamos então todos juntos,/ após dirigir uma prece às Ninfas marinhas,/ para que protejam o nosso regresso” (Sófocles, *Filoctetes*, 1469-1471).

A partida de uma nau é um ato profundamente impregnado de significado religioso na Antiguidade helenica. Os navios são submetidos a um ritual de purificação, frequentemente através de libações, antes de partirem em suas jornadas, como testemunhado tanto em registros epigráficos quanto na literatura grega (Corvisier, 2008, p. 344-345). Esta prática ressalta a crença na necessidade de assegurar a benevolência divina para uma navegação bem-sucedida, destacando a estreita interdependência entre o divino e o humano no contexto marítimo. Nesse sentido, argumentamos que, no mar, a obtenção de uma boa navegação e um retorno seguro à terra firme dependia da cooperação entre deuses e homens. Os navegadores reconheciam a importância de buscar o favor divino e de manter uma relação harmoniosa com as deidades. Essa interação ritualística entre a esfera divina e a humana reflete não apenas uma manifestação de piedade religiosa, mas, também, uma estratégia pragmática para mitigar os perigos inerentes ao cotidiano marítimo.

Como divindade por excelência vinculada ao mar, Poseidon é objeto de devoção em diversos santuários espalhados pelo Mediterrâneo. Esses locais sagrados são frequentemente encontrados próximos à costa, especialmente em pontos de destaque visíveis do mar, como o cabo Sounion ou Samos. Outros são situados em áreas onde os ventos e as ondas representam desafios a serem superados durante a navegação, como Gerastos, ao sul da Eubeia, ou o cabo Malea. Também há santuários em regiões que exigem especial atenção, como o Istmo de Corinto (Corvisier, 2008, pp. 347-348). Alguns navios foram consagrados em honra à vitória em Salamina nestas áreas de culto, como registrado por Heródoto (*Historiae*, VIII, 121, 1).

Mais comumente, as oferendas realizadas assumiam a forma de representações ou reproduções de embarcações. A interpretação dessa tipologia de oferta tem gerado certa controvérsia, uma vez que esses objetos são encontrados em uma variedade de contextos – sacros, domésticos e funerários. Ademais, os locais de natureza sagrada estão dispersos por diversas regiões da bacia do Mediterrâneo, como Chipre, Atenas, Esparta, Samos, Pitecusa e Delos, enquanto as oferendas são atestadas ao longo de um amplo período, que abarca desde a Idade do Bronze até a Época Helenística. Nesse sentido, tais oferendas poderiam ter sido realizadas tanto por navegadores experientes quanto por aqueles que empreendiam uma viagem naval ocasionalmente, mas, em ambos os casos, como forma de expressar gratidão a alguma divindade pela segurança e pelo retorno salvo à terra firme (Recio, 2012, p. 109-111).

Na *Odisseia* (XI, 121-135), a prática de oferecer equipamentos de uma embarcação é mencionada: um remo é dedicado a Poseidon, figurando como um sacrifício expiatório destinado a apaziguar a ira da divindade e, ademais, simbolizando a retirada da vida ativa no mar. Na passagem em questão, o adivinho de Tebas instrui Odisseu a oferecer um remo a Poseidon em terra firme, em um local onde os nativos não reconheceriam tal utensílio naval. O deus solicita que o navegador entregue o instrumento mais próximo de sua ocupação, o remo, e, para efetuar esta oferenda, é necessário acompanhar com sacrifícios sangrentos, os quais serão posteriormente complementados por sacrifícios às demais divindades, como sinal de gratidão por ter retornado são e salvo à sua morada. Conforme um escoliasta da *Odisseia*, a oferta foi realizada em um local distante do mar, pois a melhor forma de honrar um deus é levar seu culto a um lugar onde não é venerado (Recio, 2010, p. 224-225).

Um destaque especial entre os utensílios navais que são oferecidos às divindades deve ser conferido às âncoras (Pomey, 1997, p. 61). Elas representam um elemento de extrema relevância dentro da embarcação, pois a âncora é a derradeira esperança diante dos perigos enfrentados quando o barco é lançado de um lado para o outro pelas ondas durante uma tempestade. Entre as diversas âncoras que eram colocadas na nau, a mais pesada era nomeada como âncora-sagrada. Sagrada porque representava a última possibilidade de salvamento, ao fixar firmemente o navio, evitando que fosse lançado contra rochedos ou que se inclinasse perigosamente no alto-mar. Essas âncoras já foram identificadas como achados arqueológicos, enterradas no solo, e presentes desde o século VII a.C., principalmente nos santuários do sul da Península Itálica e da Sicília, mas encontradas também em Mileto e no Mar Negro, demonstrando ser uma prática disseminada em diferentes pontos da bacia mediterrânea. Algumas dessas peças apresentam inscrições gravadas, como uma âncora descoberta na ilha de Egina, datada do século V a.C., na qual se pode ler a dedicatória feita a Afrodite Epilimênia. Entre os objetos que trazem inscrições, é possível identificar exemplares que indicam a origem da doação, sendo que algumas foram feitas por pessoas socialmente abastadas. É o caso de uma âncora dedicada por Failo de Crotona, um atleta que venceu três vezes os jogos píticos, em agradecimento a Zeus Miliquio pela batalha de Salamina, da qual, às suas próprias custas, equipou um barco e participou (Recio, 2012, p. 112).

A busca pela assistência divina era essencial para aqueles que se aventuravam no mar, sendo os ritos realizados antes da partida e no retorno à terra firme considerados de vital importância. Durante o embarque (*embaterion*) e o desembarque (*apobaterion*), as oferendas, conforme descrito na mitologia, frequentemente consistiam em sacrifícios de animais. Nas obras literárias, essas narrativas estão principalmente associadas ao deus

Poseidon, visto que as ofertas eram dedicadas como forma de apaziguar a fúria que ele poderia desencadear sobre o mar (Recio, 2012, p. 114). Em geral, por meio desses sacrifícios, especialmente de touros, os navegadores depositavam sua sorte nas mãos dos deuses, como evidenciado nesta passagem da *Odisseia* (III, 175-178): “Quando anoita,/ fundeamos e m Geresto para oferecer/ touros ao deus do mar (o pélagos gigante/ nós acalmamos)”. Séculos depois, nos versos da obra *Argonáuticas* (IV, 1597-1602), os sacrifícios continuam sendo realizados em honra às divindades, com o intuito de assegurar a travessia marítima:

‘Divindade que apareceste nos confins deste lago,/ portento marinho, se te chamam Fórcis ou Nereu,/ sê propício e nos concede agradável término de nosso retorno’. Assim disse e, após cortar a garganta da ovelha em meio a preces, da popa/ jogou-a na água.

A navegação era, inquestionavelmente, uma atividade perigosa. Envolvidos em um ambiente hostil e de árduo labor, aqueles que se viam compelidos a praticá-la recorriam a todos os meios para obter o favor dos deuses. Nesse sentido, o *katapontismos* foi um dos mecanismos que permitiram invocar divindades favoráveis às tripulações, conforme Recio (2010, p. 227-228) indica neste trecho:

Mediante a precipitação ao mar, humanos como Britomartis [...], Ino e Melicertes [...] ou Glauco [...] foram deificados. Sua capacidade para atuar estava também ligada a este meio e eram os navegantes os que davam sentido a sua própria existência. Contudo, estes deuses também tinham um caráter ambíguo, que podia se manifestar prejudicando os fiéis. [...] os deuses nascidos do *katapontismos* se haviam lançado às águas em situações críticas.

Um grupo particularmente intrigante de divindades surgido na literatura grega, concebido pelo e para os navegadores, é o dos pilotos e marinheiros, aos quais foram dedicadas especialidades sacras. As adversidades impostas pelos fenômenos meteorológicos e pelos acidentes geográficos ao longo da costa do Mediterrâneo, não apenas geravam um imaginário intimidador, tanto para os navegadores quanto para a população políade, mas, também, propiciavam a divinização dos membros da tripulação, em cujas mãos repousava o sucesso da travessia, especialmente os timoneiros. Dessa forma, os marinheiros podiam encontrar nesses pilotos míticos um modelo exemplar, no qual se destacava o favor divino concedido a esses habilidosos marinheiros, que ocupavam um lugar de prestígio entre eles. Dois timoneiros excepcionais, elevados à categoria de divindades, guiaram a embarcação de Menelau: o primeiro foi Frontis, que pereceu ao retornar de Troia, e o segundo foi Canopo, que dedicou os timões de seu barco no santuário de Athená e Poseidon, em Lindos (Recio, 2010, p. 229).

Conclusões

O ambiente marítimo do Mediterrâneo revela seus perigos, os quais os navegadores enfrentam diariamente, ao exercerem suas atividades. Nesse cenário, a relação foi gradualmente estabelecida pelos gregos no contínuo intercâmbio e confronto com diversos “outros”, que também transitavam pelas redes e conexões desse espaço ambivalente. Assim,

[...] não deve ser visto no mar uma estrada permanentemente aberta. O mar também pode fechar, e não apenas com os ventos e as estações do ano. É o lugar de muitas ambições estratégicas. [...] É, também, um lugar de ilegalidade, de talassocracias, embargo, contrabando, corridas e pirataria. Lugar do intercâmbio, também é lugar de uma violência normativa diversificada (Arnaud, 2005, p. 132).

Além das ameaças existentes no imaginário social, referentes à prática naval, como as criaturas monstruosas do mar, os perigos enfrentados pelos navegadores eram tangíveis e exigiam enfrentamento direto. Esse grupo social arriscava sua vida para cumprir suas obrigações para com sua pólis, seja na pesca ou no comércio de mercadorias. Portanto, a navegação praticada pelos gregos não estava isenta de riscos; mesmo na ausência de naufrágios, as condições climáticas adversas e as ações humanas representavam desafios para os marinheiros. Dessa forma, ao buscar auxílio divino contra todos esses perigos, o mar se tornava um espaço onde deuses e homens colaboravam para garantir uma navegação segura.

As preces e oferendas, em suas diversas manifestações, representam uma contínua tentativa de apaziguar os deuses, tanto os marítimos quanto aqueles que exercem influência sobre o mar, buscando sua benevolência para garantir uma travessia segura e o retorno à terra firme. Sem a intervenção divina, não haveria garantia de que os deuses não se voltariam contra os navegadores e prejudicariam a navegação. Portanto, as oferendas de diversos tipos de objetos, assim como a construção de santuários em homenagem a determinadas divindades, eram meios de angariar a piedade divina. Sem os deuses, os navegadores estariam fadados ao infortúnio. Não bastava que esses marinheiros tivessem um conjunto específico de conhecimentos relacionados à navegação; era fundamental contar com a intervenção divina.

Referências

Documentação textual

- APOLÔNIO DE RODES. *Argonáuticas*. Tradução de Fernando Rodrigues Junior. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- ARQUÍLOCO. *Líricos griegos: elegíacos y yambógrafos arcaicos* (siglos VII-V a.C.). Traducción de Francisco R. Adrados. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. v. 1.
- HERÓDOTO. *Histórias: Livro VIII*. Tradução de José Ribeiro Ferreira e Carmem Leal Soares. Lisboa: Edições 70, 2002.
- HESÍODO. *Trabalhos e Dias*. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Hedra, 2013.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HOMERO. *Hinos Homéricos*. Tradução de Edvanda Bonavinda da Rosa. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- PSEUDO-XENOFONTE. *A Constituição dos Atenienses*. Tradução de Pedro Ribeiro Martins. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.
- SÓFOCLES. *Filoctetes*. Tradução de José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2005.
- SÓLON. *Líricos griegos: elegíacos y yambógrafos arcaicos* (siglos VII-V a.C.). Traducción de Francisco R. Adrados. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. v. 1.
- TEÓGNIS. *Theognidea*. Tradução de Glória Braga Onelley. Niterói: Eduff, 2009.

Obras de apoio

- ARNAUD, P. *Les routes de la navigation antique: itinéraires en Méditerranée*. Paris: Errance, 2005.
- BEAULIEU, M-C. *The sea in the Greek imagination*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2016.
- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire de mots*. Paris: Klincksieck, 2009.
- CORVISIER, J. N. *Les grecs et la mer*. Paris: Les Belles Lettres, 2008.
- DETENNE, M.; VERNANT, J-P. *Métis: as astúcias da inteligência*. São Paulo: Odysseus, 2008.
- HARRIS, W. V. Preface. In: HARRIS, W. V. (ed.). *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University, 2005.

- HORA, J. F. Reflexões acerca do contato entre gregos e não-gregos no Mediterrâneo: identidade, materialidade e espacialidade. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SP, 21, 2012. *Anais...* Campinas: Anpuh, 2012, p. 1-15.
- HORDEN, P.; PURCELL, N. *The corrupting sea: a study of Mediterranean history*. Oxford: Blackwell, 2000.
- MALKIN, I. *A small Greek World: network in the Ancient Mediterranean*. New York: Oxford University, 2011.
- MORRIS, I. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30-55, 2003.
- POMEY, P. *La navigation de l'Antiquité*. Aix-em-Provence: Édisud, 1997.
- RECIO, M. R. Los dioses de los navegantes. In: NUÑO, A. A. (dir.). *El viaje y sus riesgos: los peligros de viajar en el mundo greco-romano*. Madrid: Cima, 2010, p. 223-239.
- RECIO, M. R. Recetas para tratar el miedo al mar: las ofrendas a los dioses. In: ALBELDA, E. F. *et all.* (coord.). *La religión del mar: dioses y ritos de navegación en el Mediterráneo Antiguo*. Sevilla: Kádmós, 2012, p. 107-118.
- VIEIRA, A. L. B. *O mar, os pescadores e seus deuses: religiosidade e astúcia na Grécia Antiga*. São Luís: EDUEMA, 2011.